



CONTADOR I E II

PORTUGUÊS

01. Assinale a única opção cujas palavras completam corretamente as lacunas da sentença:

“O amor às vezes quer um _____, pois o coração sofre toda vez que o sentimento ameaça _____ . É que os amantes, com suas _____, navegam mares revoltos pelas _____ emocionais, mares difíceis de _____.”

- (A) remanço, recrudecer, suscetibilidades, proscelas, singlar;
- (B) remansço, recrudescer, sussetibilidades, prosselas, cingrar;
- (C) remanso, recrudecer, sucetibilidades, procelas, singlar;
- (D) remanso, recrudescer, suscetibilidades, procelas, cingrar;
- (E) remanso, recrudescer, suscetibilidade, procelas, singlar.

02. Analise as assertivas e depois responda à questão proposta.

- I. De acordo com a recente reforma ortográfica, a palavra “heroi” perdeu o acento agudo que ostentava.
- II. A palavra “Luís” recebe acento agudo, pois se trata de uma oxítone terminada em “is”.
- III. “Até” é palavra que recebe acento por ser uma monossílabo tônica terminada em “e”.

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas as estão corretas;
- (E) todas as estão incorretas.

03. Em face do uso dos porquês, assinale a única opção cujo período ostente emprego correto:

- (A) “Por quê Deus permite que as mães vão-se embora?” (Carlos Drummond de Andrade);
- (B) Noel Rosa explicou o porquê: “Roupa preta é vaidade/ para quem se veste a rigor/ o meu luto é a saudade/ e a saudade não tem cor”;
- (C) “Estou-me a vir/e tu como é que te tens por dentro?/Porquê não te vens também?” (Caetano Veloso);
- (D) “Não sei porque você se foi, tantas saudades eu senti.” (Tim Maia);
- (E) “Eu sem você/Não tenho por quê/Sem você, não sei nem chorar.” (Vinicius de Moraes).

04. Todas as palavras são formadas por aglutinação na opção:

- (A) aguardente, girassol, foto;
- (B) desleal, planície, cobalto;
- (C) água-viva, amoníaco, alface;
- (D) embora, Fonseca, planalto;
- (E) cooptar, micro-ondas, contralto.

05. Considerando as hipóteses de incidência do acento grave (denotativo da crase), analise as assertivas e depois responda à questão proposta.

- I. Voltei à Curitiba dos pinheiros, do leite quente e da polaquinha de Dalton!
- II. Daí à César o que é de César e a Deus o que é de Deus!
- III. Quando o inverno chegar, eu quero estar junto à ti.

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas as assertivas estão corretas;
- (E) todas as assertivas estão incorretas.

06. “Depois do café, Paulinho pegava o papel do embrulho, alisava, cortava as partes amassadas e esticava o barbante, sempre sob o olhar curioso do irmão Francisco. Paulinho fazia pipas e vendia pela vizinhança, ganhando o dinheirinho que, segundo ele, seria usado para comprar uma camisa do Atlético Paranaense”.

Sintaticamente, os trechos sublinhados devem ser classificados, respectivamente, como:

- (A) Adjunto adverbial de tempo, oração coordenada sindética aditiva, objeto direto, complemento nominal;
- (B) Adjunto adnominal, oração subordinada substantiva aditiva, objeto direto, complemento nominal;
- (C) Aposto explicativo, oração coordenada assindética, objeto direto, predicativo do objeto;
- (D) Aposto explicativo, oração subordinada adverbial de modo, objeto indireto, predicativo do objeto;
- (E) Adjunto adverbial de causa, oração coordenada sindética causal, objeto direto, agente da passiva.

07. “Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

(Darcy Ribeiro)

Quanto ao trecho **NÃO** se pode afirmar que:

- (A) a oração “alfabetizar as crianças brasileiras” deve ser classificada como subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo;

- (B) apresenta sujeito indeterminado evidenciado pelo uso da partícula “se”, apassivadora do sujeito;
- (C) em “Mas os fracassos são minhas vitórias”, tem-se conjunção adversativa;
- (D) “Tentei fazer uma universidade séria” – no período, o verbo “tentar” é transitivo direto;
- (E) “... os fracassos são minhas vitórias” – no período, o verbo “ser” é de ligação.
- 08.** Assinale a única opção que apresenta uso de vocativo.
- (A) O São Francisco lá pras bandas da Bahia diz que - dia, menos dia - o sertão vai se acabar.
- (B) Tudo que a gente precisa é isto: fé em Deus e pé na tábua!
- (C) Ainda que eu falasse a língua dos homens e falasse a língua dos anjos, sem amor, eu nada seria.
- (D) Ó minha amada, que olhos os teus!
- (E) A Constituição cidadã - promulgada naquela manhã de cinco de outubro - previa novos direitos e, mais do que isso, restaurava a esperança!
- 09.** Considerando as normas afetas à Regência Verbal, analise as assertivas e responda à questão proposta.
- I. Eu nunca namoraria com uma médica!
- II. Receosa, Nayara gostou do vinho e depois declarou: “ele é ácido demais!”
- III. Assisti o filme sentado numa poltrona desconfortável!
- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas estão corretas;
- (E) todas estão incorretas.
- 10.** Dadas as ocorrências, assinale aquela que estiver em desacordo com as normas gramaticais atinentes à Regência Nominal:
- (A) Raul é incapaz de fazer um gesto grosseiro.
- (B) Os estudantes fizeram apologia da maconha e foram corretamente admoestados.
- (C) Teu comportamento é passível de multa.
- (D) Celso é versado em Química.
- (E) O aluno dedicado conseguiu um triunfo sobre a insípida cartilha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11.** Com base na Lei Nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, **NÃO** é modalidade de licitação:
- (A) orçamento;
- (B) concorrência;
- (C) tomada de preços;
- (D) convite;
- (E) concurso.

- 12.** A Lei Nº 8.666/93 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, sendo correto afirmar, considerando inclusive as alterações nela introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, que:
- (A) para os fins da Lei Nº 8.666/93, considera-se obra apenas a construção realizada por execução direta ou indireta;
- (B) caso venha a ocorrer igualdade de condições, cabe exclusivamente ao Chefe do Executivo escolher a proposta vencedora, eis que a Lei 8.666/93 não prevê qualquer critério de desempate;
- (C) a licitação é um procedimento sempre sigiloso, sendo totalmente vedado ao público o conhecimento de qualquer dos seus atos;
- (D) subordinam-se ao regime da Lei Nº 8.666/93 (com as alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94), apenas os órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (E) para os fins da Lei Nº 8.666/93, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- 13.** No que tange às licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços, com base na Lei Nº 8.666/93 (com alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94), assinale a alternativa correta.
- (A) Não há qualquer vedação à inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços, mesmo que seus quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- (B) Em hipótese alguma poderá qualquer cidadão requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada, em razão do caráter de total sigilo dos procedimentos licitatórios.
- (C) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- (D) Qualquer servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, sem qualquer restrição, poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
- (E) Ainda que a execução de obras ou a prestação de serviços seja contratada sem a devida licitação ou sem obedecer às disposições contidas na Lei Nº 8.666/93, os atos ou contratos realizados serão, sempre, considerados válidos, sem imposição de qualquer responsabilidade a quem lhes tenha dado causa, em razão do princípio da economicidade.

14. Em se tratando de dispensa do procedimento de licitação, tomando por base a Lei Nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, é correto afirmar que é indispensável a licitação:

- (A) para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- (B) para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
- (C) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, mesmo que o preço contratado seja em muito superior ao praticado no mercado;
- (D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- (E) para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, inclusive as de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, independentemente de qualquer parecer.

15. “A Prof^a Maria Sylvia Zanella Di Pietro entende que a “expressão contrato administrativo é reservada para designar tão-somente os ajustes que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público.”

Com relação aos contratos administrativos, tomando por base a legislação e a doutrina aplicável, é correto afirmar que:

- (A) a não publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, em hipótese alguma afasta a sua eficácia, eis que não há qualquer disposição legal exigindo tal publicação;
- (B) o instrumento de contrato é obrigatório apenas para os casos de concorrência, sendo sempre facultativo para as demais modalidades de licitação;
- (C) é vedado aos licitantes vencidos no certame licitatório o conhecimento dos termos do contrato, bem como a obtenção de cópia autenticada do contrato por qualquer um que não o licitante vencedor;

(D) os contratos administrativos, uma vez assinados, não poderão jamais, sob qualquer pretexto ou justificativa, ser alterados, ainda que a alteração se configure de interesse público ou conveniente à Administração;

(E) a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

16. “A Lei nº 10.406, de 10/01/2002, institui o Código Civil Brasileiro, segundo o qual, as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.”

Com base na Lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Civil Brasileiro considera que são pessoas jurídicas de direito público externo apenas os Estados estrangeiros.
- (B) Os partidos políticos, pelo teor da Lei, são considerados pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- (D) Em nenhuma circunstância as pessoas jurídicas de direito público interno serão consideradas civilmente responsáveis por atos praticados pelos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros.
- (E) Ao Poder Público é facultado reconhecer ou não, registrar ou não, os atos constitutivos e necessários ao funcionamento de organizações religiosas, eis que sua criação, organização, estruturação interna e funcionamento dependem de lei específica, decretada exclusivamente pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

17. “Segundo o jurista Silvio Rodrigues, negócio jurídico “é o ato lícito da vontade humana, capaz de gerar efeitos na órbita do direito.”

No que se refere aos negócios jurídicos, assinale a única assertiva correta.

- (A) A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (B) Ainda que seu objeto seja ilícito ou indeterminado, o negócio jurídico será válido se pelo menos um dos agentes que o ajustou ou realizou for capaz.

- (C) Desde que realizado mediante a vontade consciente das partes, independentemente da capacidade dos agentes, o negócio jurídico será considerado válido mesmo que seu objeto seja impossível.
- (D) Sem qualquer exceção à regra, a impossibilidade inicial do objeto sempre invalida, e em definitivo, todo e qualquer negócio jurídico.
- (E) Em se tratando de negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, não importa o seu valor, mesmo que exista lei dispondo o contrário, a escritura pública é sempre essencial à sua validade.

18. *“Tributo, de acordo com o Código Tributário Nacional - CTN (Lei Nº 5.172/66), é “toda pres-tação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”*

Tomando por base as disposições do Código Tributário Nacional, quanto aos tributos é correto afirmar que:

- (A) taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- (B) a contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado;
- (C) os impostos cobrados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;
- (D) a contribuição de melhoria é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- (E) segundo o Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172/66), os impostos e as taxas são um único tributo, eis que decorrem da utilização de um serviço público que, obrigatoriamente, gera uma valorização imobiliária ao contribuinte.

19. *“O Código Tributário Nacional - CTN (Lei Nº 5.172/66), estabelece as hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.”*

Assinale a alternativa que representa uma hipótese de exclusão do crédito tributário.

- (A) Anistia.
- (B) Moratória.
- (C) Pagamento.
- (D) Prescrição e decadência.
- (E) Remissão.

20. *“O Código Tributário Nacional - CTN (Lei Nº 5.172/66), dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.”*

No que se refere às normas gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (B) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- (C) Com base nas disposições contidas no Código Tributário Nacional, a uma terceira pessoa, ainda que vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, não poderá, jamais, ser atribuída a solidariedade ou a responsabilidade pelo crédito tributário, pois somente ao contribuinte cabe o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- (D) A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito, ainda que impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, uma vez que a eleição do domicílio é exclusividade do contribuinte.
- (E) Ao livre critério do Chefe do Poder Executivo, por força de seu poder discricionário, um crédito tributário regularmente constituído pode ter sua exigibilidade excluída, mesmo que tal exclusão não seja permitida por lei.

21. Por disposição expressa do Código Tributário Nacional - CTN (Lei Nº 5.172/66), compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, que, segundo a lei, é entendido como:

- (A) a contabilização do crédito tributário, na forma prevista pela Lei Nº 4.320 de 17/3/1964;
- (B) a declaração, por escrito, do contribuinte à autoridade administrativa, informando que está constituído o crédito tributário;
- (C) o procedimento administrativo destinado a instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- (D) lei Ordinária, decretada pelo Poder Legislativo, a pedido do Poder Executivo;
- (E) o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

22. A Lei Nº 8.212, de 24/07/1991, dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, sendo correto afirmar que:
- (A) a Assistência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente;
 - (B) a Lei Nº 8.212/91 não considera segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais;
 - (C) a universalidade da cobertura e do atendimento não é um dos princípios e diretrizes a ser obedecido pela Seguridade Social, pois esta é assegurada somente aos trabalhadores urbanos, excetuando-se os empregados domésticos;
 - (D) a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social;
 - (E) a Previdência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.
23. Considerando as disposições gerais sobre a Administração Pública contidas na Constituição Federal do Brasil, de 5 de outubro de 1988, assinale a alternativa correta.
- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros.
 - (B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - (C) É vedado ao servidor público o direito à livre associação sindical e à greve, sob pena de exoneração sem direito ao contraditório e à ampla defesa.
 - (D) A criação de autarquias e autorização para a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, independem de qualquer lei, bastando a livre vontade e o consentimento do Chefe do Poder Executivo, a quem é facultado criá-las ou autorizá-las.
 - (E) São estáveis após dez anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
24. No que tange à remuneração dos servidores públicos, de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que:
- (A) o Prefeito Municipal, ao seu livre critério, por força do seu poder discricionário, pode determinar, independentemente de qualquer limite, o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória aos subsídios de seus Secretários Municipais;
 - (B) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de Vereador, ainda que haja compatibilidade de horários, não poderá acumular as vantagens de seu cargo, emprego ou função, com a remuneração do cargo eletivo, percebendo a que for a menor entre as duas;
 - (C) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
 - (D) o servidor ocupante de cargo público não tem direito, sob qualquer pretexto, à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal e à licença-paternidade, nos termos fixados em lei, eis que estes são direitos exclusivos dos trabalhadores da iniciativa privada, excetuando-se os empregados domésticos;
 - (E) por força do princípio da autonomia, é facultado ao Prefeito fixar os seus próprios subsídios, assim como os subsídios do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, independentemente de limites, de lei específica ou de autorização da Câmara Municipal.

25. “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das suas entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Com relação ao controle externo e interno da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo é realizado única e exclusivamente pelo Poder Legislativo, que deverá instituir anualmente uma Comissão Especial Fiscalizadora com o objetivo de aprovar ou não as ações do Poder Executivo. A não aprovação implica necessariamente na emissão de Parecer Técnico da Comissão instituída, que deverá ser encaminhado ao Poder Judiciário para as sanções legais cabíveis (intervenção, *impeachment* etc).
 - (B) Somente o Poder Executivo deve manter, de forma integrada, um sistema de controle interno.
 - (C) A prestação de contas ao Poder Legislativo é obrigatória apenas para as pessoas jurídicas públicas que utilizem dinheiro público, uma vez que as pessoas físicas ou jurídicas privadas, ainda que arrecadem, utilizem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos, estão desobrigadas a tal prestação de contas.
 - (D) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Distrital e das Câmaras Municipais, será exercido com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas.
 - (E) Denúncias de eventuais irregularidades ou ilegalidades cometidas pelo Poder Executivo, somente poderão ser formuladas ao Tribunal de Contas respectivo, por autoridade ou interventor expressamente indicado em lei decretada pelo Poder Legislativo.
26. A Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, institui normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sendo correto afirmar que:
- (A) a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei;
 - (B) todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções;
 - (C) as operações de crédito por antecipação da receita, ainda que para atender a insuficiências de caixa, não poderão ser autorizadas pelo Legislativo, mesmo constando na Lei de Orçamento;

(D) a Lei de Orçamento não poderá indicar as fontes de recursos que o Poder Executivo deverá utilizar para atender a cobertura de déficits, pois esta é uma atribuição exclusiva do respectivo Tribunal de Contas;

(E) ao Poder Executivo é totalmente vedada a abertura de créditos suplementares, independentemente de seu valor.

27. “Tanto a receita quanto a despesa pública, conforme dispõe a Lei Nº 4.320/64, classificam-se em duas categorias econômicas, que são: Correntes e de Capital.”

No que se refere às receitas e despesas públicas, é correto afirmar que:

- (A) o *superávit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá, obrigatoriamente, item de receita orçamentária;
- (B) da receita tributária, os impostos são considerados como Receita Corrente, enquanto as taxas e contribuições de melhoria são consideradas Receitas Patrimoniais;
- (C) classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro;
- (D) consideram-se inversões financeiras as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas;
- (E) são Transferências Correntes as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contra-prestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

28. Tomando-se por base as disposições contidas na Lei Nº 4.320/64, é correto afirmar que as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas são consideradas:

- (A) Despesas Suplementares;
- (B) Despesas Especiais;
- (C) Débitos a Contabilizar;
- (D) Restos a Pagar;
- (E) Restos a Reempenhar.

29. “De acordo com a Lei Nº 4.320/64, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.”

Com relação aos créditos adicionais, conforme a Lei, assinale a única alternativa correta.

- (A) O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.
- (B) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e excepcionais. Suplementares são os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (C) Os créditos adicionais classificam-se em complementares, especiais e excepcionais. Especiais são os créditos adicionais destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (D) Os créditos adicionais classificam-se em complementares, excepcionais e extraordinários. Extraordinários são os créditos adicionais destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (E) Os créditos adicionais sempre terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, vedada qualquer disposição legal em contrário.

30. “Em 20 de junho de 2007 foi sancionada a Lei Nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que substitui o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.”

Com relação ao FUNDEB, de acordo com a Lei Nº 11.494/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os fins da distribuição dos recursos de que trata a Lei, será considerada exclusivamente a informação, por escrito, das Prefeituras, informando o número provável de matrículas esperadas para o exercício em curso, ainda que tal número não venha a se confirmar.
- (B) Sempre que necessário, a União complementarará os recursos dos Fundos, utilizando exclusiva e obrigatoriamente os recursos oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal.
- (C) Ainda que a União não efetue a complementação de recursos conforme estipula a Lei Nº 11.494/2007, nenhuma espécie de sanção ou punição será atribuída à autoridade competente, a não ser uma advertência verbal para que o fato não volte a ocorrer.

(D) A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo da Lei Nº 11.494/2007.

(E) No máximo 40% (quarenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

31. A Lei Orgânica de Quitandinha - ao tratar da Organização Político Administrativa, em geral, e da integridade do Município, especificamente - determina que:

- (A) a integridade do Município é cláusula pétrea, não podendo ser alterada;
- (B) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio;
- (C) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em referendo prévio;
- (D) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante emenda à Lei Orgânica desde que com a aprovação de pelo menos dois terços da Câmara Municipal;
- (E) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante emenda à Lei Orgânica desde que com a aprovação de pelo menos dois terços da Câmara Municipal e aprovação posterior da população interessada em referendo.

32. De acordo com o artigo 6º da Lei Orgânica, é competência comum do Município, juntamente com a União e o Estado:

- (A) legislar sobre assuntos de interesse local;
- (B) instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancete nos prazos fixados em lei;
- (C) adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, na forma da legislação federal;
- (D) dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os cemitérios particulares;
- (E) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

33. Quanto aos servidores públicos municipais, à luz da Lei Orgânica de Quitandinha, **NÃO** se pode afirmar que:
- (A) o Município instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração pública municipal, direta ou indireta;
 - (B) são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público;
 - (C) ao servidor público em exercício de mandato eletivo não se aplicam as disposições da Constituição Federal;
 - (D) nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realiza qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público;
 - (E) é vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.
34. A Lei Municipal nº 419/98 - que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e das Fundações Municipais - logo no seu artigo 3º conceitua: “é o conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional que deve ser cometido a um funcionário”.
- O conceito se refere à (ao):
- (A) emprego público;
 - (B) exercício;
 - (C) nomeação;
 - (D) cargo público;
 - (E) investidura.
35. O Art. 7º da Lei Municipal nº 419/98 determina que são requisitos básicos para ingresso no serviço público, **EXCETO**:
- (A) a inexistência de antecedentes criminais;
 - (B) a nacionalidade brasileira;
 - (C) o gozo dos direitos políticos;
 - (D) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
 - (E) a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
36. O artigo 55, II, da Lei Municipal nº 419/98, fixa que o servidor público será aposentado compulsoriamente aos:
- (A) 55 anos de idade;
 - (B) 60 anos de idade;
 - (C) 65 anos de idade;
 - (D) 70 anos de idade;
 - (E) 80 anos de idade.
37. Integra o rol de tributos de competência municipal, nos termos do Código Tributário de Quitandinha:
- (A) ISS;
 - (B) IPI;
 - (C) IPVA;
 - (D) ICMS;
 - (E) IRPF.
38. Nos termos da Constituição Federal de 1988, mais especificamente de seu artigo 153, **NÃO** compete à União instituir impostos sobre:
- (A) importação de produtos estrangeiros;
 - (B) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
 - (C) renda e proventos de qualquer natureza;
 - (D) produtos artesanais manufaturados;
 - (E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
39. A Lei Complementar nº 101/2000, apresenta o seguinte conceito: “montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses”.
- Tal definição se refere à (ao):
- (A) dívida pública mobiliária;
 - (B) dívida pública consolidada ou fundada;
 - (C) operação de crédito;
 - (D) concessão de garantia;
 - (E) refinanciamento da dívida mobiliária.
40. Instituído o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu artigo 17, determina que não poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que:
- (A) possua ações nominativas no mercado mobiliário aberto;
 - (B) não empregue o mínimo exigido por lei de trabalhadores portadores de deficiências físicas (12% do total de empregados);
 - (C) receba aporte anual de capital mobiliário advindo do exterior, sendo admitido o aporte advindo de países do MERCOSUL;
 - (D) receba aporte anual de capital mobiliário advindo do exterior;
 - (E) tenha sócio domiciliado no exterior.